



**CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÃO**  
**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**CNPJ 07.195.961/0001-48**

**PROJETO DE LEI Nº 11, DE 19 DE MARÇO DE 2025.**

Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal da Pessoa Idosa e do Conselho Municipal do Idoso de Figueirão/MS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FIGUEIRÃO, no uso das atribuições conferidas pelo inciso II do artigo 93 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga e sanciona a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Fica criado o **Fundo Municipal da Pessoa Idosa – FMPI**, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações de atendimento à pessoa idosa no Município de Figueirão/MS.

**Art. 2º** Para fins do disposto nesta Lei, consideram-se idosas as pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em conformidade com a Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).

**CAPÍTULO II**

**DO FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA**

**Seção I**

**Da Vinculação**

**Art. 3º** O Fundo Municipal da Pessoa Idosa – FMPI terá Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e será gerenciado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio de seu respectivo Secretário Municipal, que terá responsabilidade administrativa e financeira, atuando como gestor do Fundo e de seus recursos.

**Seção II**

**Da Constituição**

**Art. 4º** O Fundo Municipal da Pessoa Idosa – FMPI é constituído de:

I – programas;

II – dotações orçamentárias;



**CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÃO**  
**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**CNPJ 07.195.961/0001-48**

III – recursos financeiros, compreendendo:

a) a arrecadação própria;

b) as transferências e repasses da União e do Estado, por seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, bem como de seus respectivos fundos;

c) as transferências e repasses do Município;

d) os auxílios, legados, valores, contribuições e doações, inclusive bens móveis e imóveis, que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

e) os valores oriundos de rendimentos de aplicações financeiras ou de cadernetas de poupança;

f) os valores das multas previstas no Estatuto do Idoso;

g) as doações efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas dedutíveis do Imposto sobre a Renda, na forma da legislação vigente;

h) as receitas estipuladas em lei; e

i) outras receitas destinadas ao Fundo;

IV – ativos, compreendendo:

a) disponibilidades monetárias em instituição financeira oficial;

b) direitos que porventura venha a constituir; e

c) bens móveis e imóveis, com ou sem ônus, destinados aos serviços do Fundo;

V – passivos, compreendendo as obrigações de qualquer natureza que porventura o Município venha a assumir para a manutenção, o funcionamento e os serviços do Fundo.

§ 1º Os recursos financeiros serão obrigatoriamente depositados em contas correntes específicas, mantidas em agências de estabelecimentos oficiais de crédito.

§ 2º Os eventuais saldos de recursos financeiros disponíveis nas contas específicas, cuja perspectiva de utilização seja superior a cinco dias, deverão ser aplicados junto à instituição financeira responsável pela movimentação dos recursos, de modo a preservar seu poder de compra.



**CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÃO**  
**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**CNPJ 07.195.961/0001-48**

**Seção III**

**Do Orçamento Anual e da Contabilidade**

**Art. 5º** O orçamento do Fundo Municipal da Pessoa Idosa – FMPI integrará o Orçamento Geral do Município e evidenciará os programas governamentais desenvolvidos em prol dos serviços públicos disponibilizados e voltados especificamente a promover ações de proteção e promoção da pessoa idosa, observados o Plano Plurianual e as Diretrizes Orçamentárias.

Parágrafo único. O orçamento do Fundo Municipal da Pessoa Idosa – FMPI observará os padrões e as normas estabelecidas pela legislação vigente, tanto na elaboração quanto na execução.

**Art. 6º** A contabilidade do Fundo Municipal da Pessoa Idosa – FMPI tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária do Fundo, observando-se eximamente os padrões e as normas estabelecidas na legislação vigente.

**Art. 7º** A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício de suas funções, bem como controlar, informar, apropriar, apurar custos, analisar, interpretar e concretizar os objetivos propostos.

**Art. 8º** A contabilidade do Fundo, a exemplo dos demais fundos municipais, emitirá seus relatórios de gestão para análise e tomada de decisões, mantendo as mesmas rotinas da Contabilidade Geral do Município.

**Seção IV**

**Da Destinação e Aplicação dos Recursos**

**Art. 9º** Os recursos do Fundo Municipal da Pessoa Idosa – FMPI serão destinados a promover projetos, programas e ações de proteção e promoção da pessoa idosa, assegurando ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, compreendendo, dentre outros:

I – atendimento preferencial, imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;



**CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÃO**  
**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**CNPJ 07.195.961/0001-48**

II – preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas;

III – destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à pessoa idosa;

IV – viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações;

V – priorização do atendimento da pessoa idosa por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto para os que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência;

VI – capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços à pessoa idosa;

VII – estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento;

VIII – garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais;

IX – prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda, na forma da legislação federal.

**Art. 10.** A aplicação dos recursos do Fundo Municipal da Pessoa Idosa – FMPI se dará por meio de projetos, programas e ações analisados, avaliados e aprovados pelo Conselho Municipal do Idoso, sem isentar a Administração Municipal de prever e prover recursos necessários à continuidade da execução das ações de proteção e promoção da pessoa idosa.

**Art. 11.** Fica vedada a execução física e financeira de projetos, programas e ações que não forem analisados, avaliados e aprovados pelo Conselho Municipal do Idoso.

## **Seção V**

### **Da Prestação de Contas**

**Art. 12.** Fica o Gestor do Fundo responsável pela elaboração e apresentação da prestação de contas dos recursos financeiros recebidos e aplicados, bem como



**CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÃO**  
**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**CNPJ 07.195.961/0001-48**

das ações executadas, ao Conselho Municipal do Idoso, devendo prestar informações sempre que solicitado.

**CAPÍTULO II-A**

**DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO**

**Art. 13.** Fica criado o **Conselho Municipal do Idoso – CMI**, órgão permanente, paritário, consultivo, deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas e ações voltadas para o idoso no âmbito do Município de Figueirão/MS, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, órgão gestor da política de assistência social do Município.

**Art. 14.** Compete ao Conselho Municipal do Idoso:

I – formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar a Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, zelando pela sua execução;

II – elaborar proposições objetivando aperfeiçoar a legislação pertinente à Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

III – indicar as prioridades a serem incluídas no planejamento municipal quanto às questões que digam respeito ao idoso;

IV – cumprir e zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais referentes ao idoso, sobretudo a Lei Federal nº 8.842, de 4 de julho de 1994, a Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), e as leis pertinentes de caráter estadual e municipal, denunciando à autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer uma delas;

V – fiscalizar as entidades governamentais e não governamentais de atendimento ao idoso, conforme o disposto no artigo 52 da Lei nº 10.741/2003;

VI – propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos, programas e pesquisas voltados para a promoção, a proteção e a defesa dos direitos da pessoa idosa;

VII – inscrever os programas das entidades governamentais e não governamentais de assistência ao idoso;

VIII – apreciar o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a proposta orçamentária anual e suas eventuais alterações, zelando pela inclusão de ações voltadas à política de atendimento da pessoa idosa;



**CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÃO**  
**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**CNPJ 07.195.961/0001-48**

IX – indicar prioridades para a destinação dos valores depositados no Fundo Municipal da Pessoa Idosa, elaborando ou aprovando planos e programas em que esteja prevista a aplicação de recursos oriundos daquele;

X – zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e pela participação de organizações representativas dos idosos na implementação de políticas, planos, programas e projetos de atendimento à pessoa idosa;

XI – elaborar o seu regimento interno;

XII – praticar outras ações necessárias à proteção e à promoção dos direitos da pessoa idosa.

Parágrafo único. Aos membros do Conselho Municipal do Idoso será facilitado o acesso a todos os setores da Administração Pública Municipal, especialmente às Secretarias e aos programas prestados à população, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões e propostas de medidas de atuação, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse do idoso.

**Art. 15.** O Conselho Municipal do Idoso será composto por 8 (oito) membros titulares e igual número de suplentes, sendo 4 (quatro) representantes do Poder Público e 4 (quatro) representantes da sociedade civil.

§ 1º Os representantes do Poder Público serão escolhidos dentre servidores que atuem, preferencialmente, nas áreas de Assistência Social, Saúde, Educação, Gestão e Planejamento, junto ao Município de Figueirópolis/MS.

§ 2º Os representantes da sociedade civil serão escolhidos em fórum municipal a ser realizado entre as entidades não governamentais, com preferência para aquelas que atuem diretamente na área de atendimento à pessoa idosa.

§ 3º Os membros do Conselho Municipal do Idoso e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, respeitadas as indicações previstas nesta Lei.

§ 4º Os membros do Conselho terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por uma única vez, por igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.



**CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÃO**  
**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**CNPJ 07.195.961/0001-48**

§ 5º O titular de órgão ou entidade governamental indicará seu representante, que poderá ser substituído, a qualquer tempo, mediante nova indicação do órgão ou entidade representada.

§ 6º As entidades não governamentais serão eleitas em fórum próprio, especialmente convocado para este fim.

**Art. 16.** O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal do Idoso serão escolhidos, mediante votação, dentre seus membros, por maioria absoluta, devendo haver, no que tange à Presidência e à Vice-Presidência, alternância entre representantes governamentais e não governamentais.

§ 1º O Vice-Presidente do Conselho Municipal do Idoso substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos e, em caso de vacância ou de ocorrência simultânea em relação aos dois, a presidência será exercida pelo conselheiro mais idoso.

§ 2º O Presidente do Conselho Municipal do Idoso poderá convidar para participar das reuniões ordinárias e extraordinárias membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, bem como pessoas de notória especialização em assuntos de interesse da pessoa idosa.

**Art. 17.** Cada membro do Conselho Municipal do Idoso terá direito a um único voto na sessão plenária, assegurado ao Presidente o voto de qualidade.

**Art. 18.** A função de membro do Conselho Municipal do Idoso não será remunerada, sendo seu exercício considerado de relevante interesse público.

**Art. 19.** As entidades não governamentais representadas no Conselho Municipal do Idoso perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

- I – extinção de sua base territorial de atuação no Município;
- II – irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatível a sua representação no Conselho;
- III – aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovadas.

**Art. 20.** Perderá o mandato o conselheiro que:

- I – desvincular-se do órgão ou da entidade de origem de sua representação;





**CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÃO**  
**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**CNPJ 07.195.961/0001-48**

II – faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas, sem justificativa;

III – apresentar renúncia ao plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na Secretaria do Conselho;

IV – apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;

V – for condenado em sentença transitada em julgado, por crime ou contravenção penal.

**Art. 21.** Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros do Conselho Municipal do Idoso serão substituídos pelos respectivos suplentes, automaticamente, podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

**Art. 22.** Os órgãos ou entidades representadas pelos conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta falta intercalada.

**Art. 23.** O Conselho Municipal do Idoso reunir-se-á mensalmente, em caráter ordinário, e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.

**Art. 24.** O Conselho Municipal do Idoso instituirá seus atos por meio de resoluções aprovadas pela maioria de seus membros.

**Art. 25.** As sessões do Conselho Municipal do Idoso serão públicas, precedidas de ampla divulgação.

**Art. 26.** A Secretaria Municipal de Assistência Social proporcionará o apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal do Idoso.

**Art. 27.** Os recursos financeiros para implantação e manutenção do Conselho Municipal do Idoso serão previstos nas peças orçamentárias do Município, possuindo dotações próprias.

**Art. 28.** Para a primeira instalação do Conselho Municipal do Idoso, o Prefeito Municipal convocará, por meio de edital, os integrantes da sociedade civil organizada atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa, que serão escolhidos em fórum especialmente realizado para este fim, a ser





**CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÃO**  
**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**CNPJ 07.195.961/0001-48**

realizado no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação do referido edital, cabendo às convocações seguintes à Presidência do Conselho.

**Art. 29.** A primeira indicação dos representantes governamentais será feita pelos titulares das respectivas Secretarias, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei.

**Art. 30.** O Conselho Municipal do Idoso elaborará o seu regimento interno, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua instalação, o qual será aprovado por ato próprio, devidamente publicado na imprensa oficial, onde houver, e amplamente divulgado.

Parágrafo único. O regimento interno disporá sobre o funcionamento do Conselho Municipal do Idoso, as atribuições de seus membros e demais assuntos correlatos.

**CAPÍTULO III**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 31.** Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, por meio do Fundo Municipal da Pessoa Idosa – FMPI, a celebrar termos de convênio, termos de doação, termos de cessão de uso, contratos e outros instrumentos objetivando especificamente a proteção e a promoção da pessoa idosa.

**Art. 32.** As despesas decorrentes da implantação do Fundo Municipal da Pessoa Idosa – FMPI e do Conselho Municipal do Idoso correrão à conta do orçamento municipal vigente, suplementadas se necessário.

**Art. 33.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Figueirão, MS, 02 de dezembro de 2025.

---

**Ver. Luciene Teodora da Silva**  
**Presidente da Câmara Municipal de Vereadores**